UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DA LICENCIATURA EM LETRAS/UFAM PARA FORMAR FUTUROS PROFESSORES APTOS A PROMOVER A INCLUSÃO

Bolsista: Ketlen Júlia Lima da Silva

MANAUS
2014

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DA LICENCIATURA EM LETRAS/UFAM PARA FORMAR FUTUROS PROFESSORES APTOS A PROMOVER A INCLUSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB – SA – 084/2013

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DA LICENCIATURA EM LETRAS/UFAM PARA FORMAR FUTUROS PROFESSORES APTOS A PROMOVER A INCLUSÃO

Bolsista: Ketlen Júlia Lima da Silva
Orientadora: Profª Drª Maria Almerinda de Souza Matos

MANAUS
2014

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

"Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra."

Antonio Cândido

RESUMO

A pesquisa dialoga sobre como o curso de Letras (Língua e Literatura Portuguesa) da Universidade Federal do Amazonas vem preparando seus futuros professores a incluírem seus alunos deficientes na Educação Básica. Dentro dessa perspectiva, verifica-se as medidas do Ministério de Educação (MEC) e a Secretaria do Ensino superior (SESU) para o cumprimento de responsabilidade dos Institutos de Ensino Superior (IES) no contexto da formação de professores. Com base no Projeto politico pedagógico, matriz curricular, nas diretrizes nacionais do curso e ementas analisa-se o cumprimento da Portaria nº 1.793/1994 que recomenda a inclusão da disciplina "Aspectos-ético-políticos-educacionais de normalização e Integração da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais", bem como a identificação da existência de estágios supervisionados para atuação com alunos deficientes. Segue uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico apoiando-se nos estudos de Perrenoud (2000), Nascimento (2009), Greguol, Gobbi e Carraro (2013) dentre outros teóricos com pesquisas referentes à temática, e documental por meio da verificação de leis, decretos e portarias que subsidiam a formação docente para a educação inclusiva. Observou-se na legislação vigente que por mais que haja um aparato jurídico versando sobre as políticas inclusivas, muitas diretrizes possuem um caráter de recomendação, o que muitas vezes impossibilita sua efetividade. No que se refere ao projeto pedagógico do Curso, evidencia-se inexistência de Estágios Supervisionados para atuação dos graduandos junto à educandos deficientes. Quanto ao cumprimento da Portaria nº 1.793/1994 que recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos-ético-políticos-educacionais de normalização e integração da pessoa com necessidades educacionais especiais” nas matrizes dos cursos de licenciaturas, Ciências da Saúde e Psicologia, verificou-se a não efetivação desta recomendação. Espera-se que o estudo contribua para o desenvolvimento da produção científica na área de educação especial, fomentando outras investigações sobre a problemática proposta e ações posteriores que auxiliem na formação dos profissionais de Letras e de outras licenciaturas da UFAM.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Formação Docente.

ABSTRACT

The research dialogue about the course of Letters (Portuguese Language and Literature), Federal University of Amazonas has been preparing its future teachers to include their disabled students in Basic Education. Within this perspective, it appears the measures of the Ministry of Education (MEC) and the Department of Higher Education (SESU) to fulfill the responsibility of Institutes of Higher Education in the context of teacher education. Based on the political pedagogical project, curriculum, national guidelines in the course menus and analyzes the enforcement of Ordinance No. 1.793/1994 that recommends the inclusion of discipline "aspects-ethical-political-educational standardization and integration of people with needs Special education "as well as the identification of the existence of supervised activities for students with disabled. Follows a qualitative approach, bibliographic nature relying on studies by Perrenoud (2000), Birth (2009), Greguol, Gobbi and Carraro (2013) among other authors with research related to the topic, and document through verification of laws, decrees and ordinances that support teacher training for inclusive education. It was observed in the current law that while there is a legal apparatus Understanding on inclusive policies, many guidelines have a character recommendation, which often hinders their effectiveness. With regard to the pedagogical design of the course, it becomes clear lack of Supervised activities for the graduates with the disabled students. Regarding compliance with Ordinance No. 1.793/1994 that recommends the inclusion of discipline "aspects-ethical-political-educational standardization and integration of people with special educational needs" in the matrices of undergraduate courses, Health Sciences and Psychology, it was found non fulfillment of this recommendation. It is hoped that the study will contribute to the development of scientific production in the field of special education, encouraging further investigation on the issue and proposed further actions to assist in the training of Letters and other degrees UFAM.

Keywords: Inclusive Education; Higher Education; Teacher Training.

LISTA DE SIGLA

IES – Institutos de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SESU – Secretaria de Ensino Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

PPP – Projeto Politico Pedagógico

DLLP – Departamento de Língua e Literatura Portuguesa

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 Delineamento da Pesquisa.....10
1.2 Hipótese.....12
2 FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO.....14
2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....15
2.2 CONHECENDO O CURSO DE LETRAS (LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA) DA UFAM.....19
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 25
5 CONCLUSÃO 29
6 CRONOGRAMA.....30
7 REFERÊNCIAS.....31
8 ANEXO 1 – Ofício encaminhado à Coordenação do Curso de Letras 33
9 ANEXO 2 - Ofício encaminhado à Chefa do Departamento de Letras 34
10 ANEXO 3 – Organização Curricular do Curso de Letra- Língua e Literatura Portuguesa.....35

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa Intitulada “Educação Inclusiva no Ensino Superior: Análise da Licenciatura em Letras/UFAM para formar futuros professores aptos a promover a inclusão” tem como objetivo geral Identificar como o curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa da UFAM está preparando os futuros professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais.

Para isso fez-se necessária a verificação das medidas que o Ministério da Educação (MEC) asseguram para o cumprimento de responsabilidade Dos institutos de Ensino Superior (IES) no contexto da educação inclusiva, a averiguação na Matriz Curricular de 2010 e/ou no projeto político pedagógico (2010) do curso, o cumprimento da Portaria nº 1.793/1994 que recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos-éticos-políticos-educacionais de normalização e integração da pessoa com Necessidade Educacionais Especiais”, e identificar a existência ou inexistência de estágios supervisionadas para atuação com alunos que apresentam deficiência.

O estudo contou com um levantamento bibliográfico com base em autores que abordem sobre a temática inclusão, ensino superior e educação especial, documental por meio de leis, decretos, portarias e documentos orientadores. De cunho qualitativo e exploratório, sendo consultadas teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Letras e Educação.

Acredita-se que a pesquisa seja relevante na contribuição de estudos relacionados a educação inclusiva e especial, destacando a importância das instituições formadoras nesse processo, principalmente no que diz respeito a formação de professores da educação básica.

1.1 Delineamento da Pesquisa

O estudo propõe em geral a discussão indireta, sobre o papel do ensino superior na formação de profissionais para o atendimento à pessoas com deficiência, dentro do contexto educacional. Antes de tudo, são necessárias estabelecer o que evidentemente está sendo investigado de maneira mais especifica. Portanto, pretende-se delimitar o campo da pesquisa, com base no que entendemos sobre formação, deficiência, inclusão e educação.

Partindo da problematização, pensar a universidade em seu contexto global inclusivo e social, é pensa-la sem restringir seu compromisso efetivo com o processo de formação (CASTELLI; PEDRINI 2012). Ao se tratar de processo de formação deve-se, sobretudo entender seu significado para que passemos de sujeitos passivos para sujeitos ativos enquanto exercemos nosso papel de aluno, no espaço de troca de conhecimento e aprendizagem.

Na busca pelo significado da palavra formação encontra-se no Mini Dicionário Aurélio em seu primeiro sentido o ato ou efeito de formar. Em seguida, são apresentados os outros sentidos, estes relacionam-se a constituição; caráter ou o modo por que se constitui uma mentalidade, um caráter. A palavra formar vem com a definição inicial de dar forma a (algo); ter a forma de; por em ordem, em linha; educar; fabricar; constituir; tomar forma; concluir curso universitário.

Guasseli (2012) aponta a formação de professores aliançado com o objetivo de assegurar a inclusão do aluno, garantindo seu acesso e sua continuidade. Entretanto, diz ser também um processo de aprendizagem, um preparo para os professores e transposição de conhecimento para a prática. Essa preocupação com a Educação Especial, seja no campo de formação de docentes, seja na inclusão de alunos com deficiente, vem crescendo devido ao número de municípios que registram ampliação de matrículas (GUASSELI, 2012).

No Amazonas isso também tem se verificado no quadro educacional, entretanto a dúvidas quanto ao papel das instituições de ensino superior para garantir e efetivar os subsídios necessários para que a inclusão ocorra dentro e fora da sala de aula, no contexto escolar. Inerente a isso a universidade formadora deve, sobretudo estar atualizada do desenvolvimento educacional básico, ou seja, das redes públicas de ensino para que nessa formação seja possível o diálogo e a interação entre universidade e escola.

Para fins de se estabelecer um conceito faz-se alusão a inclusão como um processo reiterado de princípios democráticos de participação social plena (SANTOS, 2003), O ato de incluir está, portanto intimamente relacionado com ato de ser inserido, fazer parte inteiramente. Nada tem a ver com uma metodologia, mas com sentido político, um paradigma educacional, como forma de combate a práticas excludentes (SANTOS, 2003).

Em especial, dá-se maior atenção para a inclusão de alunos com deficiência, na rede regular de ensino. Isso porque ao lidar com heterogeneidade na sala de aula o professor

deve propor uma didática visando o desenvolvimento e a aprendizagem do educando. Esse trabalho requer uma atenção maior e voltada para requisitos que tão pouco estão de fora do contexto escolar, um deles é a realidade do aluno. Todavia, quando se trata da inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, as dificuldades para estabelecer uma metodologia e/ou uma didática para que esse aluno acompanhe o desenvolvimento e a aprendizagem dentro do contexto de suas limitações, são de fato ainda numerosas.

É dever do professor saber lidar com a diversidade em sala de aula, mas é dever primeiramente das instituições de Ensino Superior zelar por essa preparação atendendo aos Documentos Orientadores Oficiais Nacionais e Internacionais, para que seja garantida uma educação de qualidade como um direito de todos (SANTOS, 2003).

1.2 Hipótese

Com tantos avanços no campo educacional é comum que venham surgindo preocupações no contexto da educação inclusiva e especial. Preocupações essas, nascidas em torno da formação do profissional docente que atuará com educandos deficientes, das leis e de documentos orientadores que estabelecem o cumprimento e a efetivação de subsídios necessários para atender esses alunos e o que de fato vem ocorrendo nas escolas.

O ser humano independente de raça, cultura e religião deve ser respeitado como pessoa que perante a lei possui direitos e deveres dentro da sociedade e é sobretudo igual no que diz respeito ao cumprimento e aos benefícios assegurados na Declaração Universal de Direitos Humanos (1998). Desta maneira, não importando qual seja sua necessidade, saúde, educação, lazer, transporte ou segurança, propor condições igualitárias e dignas é compromisso de todos profissionais envolvidos, bem como dos órgãos superiores.

Garantir ao homem e em especial, crianças e adolescentes que integram a rede regular de ensino, uma educação da qual possam se beneficiar do pleno desenvolvimento de sua pessoa, o prepara para o exercício da cidadania e seu ingresso no mercado de trabalho, tal como está previsto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo-lhes assegurada a igualdade de condições para acesso e permanência dentro do ambiente escolar.

Partindo disso, torna-se necessário pensar nessas condições para acesso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no contexto educacional. Acredita-se que, em se tratando do processo inclusivo, o papel dos profissionais da educação, sendo eles professores, gestores, secretários e demais profissionais contribuidores no trabalho que é realizado na escola, está engajado nessas condições.

Significa dizer que tornar acessível o local, disponibilizando rampas e banheiro adequado, implantar salas de recursos multifuncionais e adaptados e garantir a existência de professores qualificados para o atendimento especializado é trazer para a prática o diálogo existente nos documentos, leis, portarias, decretos, nas entidades responsáveis pelo ensino público e responsáveis pela formação de um professor disposto a cumprir sua tarefa, respeitando a diversidade presente na sala de aula.

2. FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO

A implantação de uma educação inclusiva nos diferentes sistemas de ensino do país requer um professor qualificado e, principalmente, disposto a assumir os desafios cotidianos que a tarefa impõe (BRASIL, 2008). Para isso, os docentes devem contar com uma formação sólida que lhes assegura o domínio dos conhecimentos básicos para uma atuação consistente.

Segundo Perrenoud (2000), dentre outros importantes competências, os professores são convidados a conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação. Tais dispositivos indicam a necessidade do professor em administrar a heterogeneidade no âmbito escolar. Bem como fornecendo apoio integrado com alunos que possuem maiores dificuldades em sala de aula.

Verifica-se que muitas são as queixas dos professores de ensino básico no que diz respeito à fragilidade dos conhecimentos essenciais para o desenvolvimento de tal competência. Alegam o fato de, na sua formação inicial, não terem contato com disciplinas e/ou conteúdos sobre educação especial. Em virtude disso, sentem-se inseguros com relação ao atendimento educacional junto a alunos com necessidades educacionais especiais.

Na verdade, essas queixas nos fazem olhar para as instituições formadoras e, principalmente a universidade pública brasileira no que tange à formação do professor que atuará com alunos deficientes na rede regular de ensino. A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2002) estabelece nas diretrizes curriculares nacionais de formação de professores que, os cursos de licenciatura devem apresentar em sua organização curricular o acolhimento e o trato a diversidade, bem como conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais de alunos.

Deve-se analisar o papel das instituições nesse contexto e o que as mesmas têm feito em relação às licenciaturas. Pois, como é destacado no Conselho Nacional de Educação a formação para a atividade docente, além de outras competências devem estar aptos a acolher e a lidar com a diversidade na escola (CNE, 2002). A qualificação desses educadores é uma tarefa de todos os professores e não apenas de professores especializados exclusivamente para o ensino de crianças deficientes (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Sendo assim, mais do que inserir alunos nos ambientes de escolarização, adequar a escola, promover palestras de conscientização, mobilizar a participação de pais, alunos

e técnicos administrativos é um dos passos iniciais para que a inclusão se efetive de fato e de verdade. A participação da Universidade e de seu entorno quebra paradigmas burocráticos e discriminatórios. Nesse contexto, a preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas. (UNESCO, 1994) Superar práticas discriminatórias e que ainda subsistem até hoje é necessário para a construção do conceito de igualdade, diversidade e respeito.

Há muito tempo busca-se quebrar os paradigmas que envolvem a educação especial, bem como discutir no cenário tanto educacional quanto político a inclusão de pessoas com deficiência. De fato muitas foram as conquistas nesse contexto histórico, mas ainda pretende-se avançar muito, principalmente no que tange à formação de professores da rede regular de ensino. Pois, acredita-se que a qualificação de futuros educadores é fator contribuidor e fundamental para que a inclusão ocorra.

A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais. (NASCIMENTO, 2009). Entende-se que nesse processo o educador que assumir seu papel mediador entre a segregação e a integração encontrará desafios, ao que nos leva de fato ao quadro real da inclusão na educação brasileira.

2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

O processo de implantação do ensino superior no Brasil começa no início do século XIX de forma atípica (SOARES, 2002). É importante destacar o papel do Ensino Superior frente à formação de profissionais, como era e o que tem avançado no diz respeito à sua estrutura e organização curricular. O Ensino Superior é entendido como a passagem do Ensino Médio para formação em nível mais avançado em que se constitui um novo processo para os estudantes.

O termo universidade provém da palavra latina *universitas* (Universalidade; o todo), e por sua vez, de maneira abrangente é uma instituição de ensino superior que agrega vários cursos profissionalizantes. Disponibiliza-se no site do MEC, ligeiro conceito sobre universidade, no qual afirmar ser característica indissociável atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faz-se aqui, breve histórico, a partir do que foi considerado inicialmente a respeito da educação superior.

Em síntese e com base nos estudos de Stallivieri (2006) e Soares (2002) o que se tem da história da educação superior no Brasil está intimamente relacionado ao desenvolvimento do ensino superior no América Latina, pois assim como afirma a autora e é confirmado logo a seguir, que as universidades da América Latina desde o surgimento tem assumido um papel maior que sua mera responsabilidade formativa,

> Ela traz para si a decisão de formar cidadãos empenhados com o compromisso social, com a luta pela diminuição das desigualdades, com a criação de oportunidades para todos, com o compromisso do desenvolvimento econômico e social e com a construção e manutenção de identidades culturais. (Stallivieri, 2006, p. 2)

Até 1920, o que exista no Brasil era cursos superiores de orientação profissional nas áreas de Medicina, Direito e Politécnica. Já no ano de 1808, é solicitada à Família Real após chegarem refugiados de Lisboa para a Bahia, a criação de uma universidade, no entanto é criado em Salvador o curso de cirurgia, anatomia e Obstetrícia. É apenas no período da República Velha (1889-1930) que o cenário da Educação Superior tomará um novo direcionamento (SOARES, 2002).

Em 1916 com a criação da Academia Brasileira de Ciências começa-se a debater as questões referentes ao Ensino Superior no Brasil e à pesquisa, logo mais em 1920 foi criada a primeira universidade brasileira a partir do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, na qual eram reunidas a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ainda assim, havia certa carência no Brasil de uma instituição universitária apropriada (SOARES, 2002)

Dando prosseguimento as discussões sobre o Ensino Superior, em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), onde já se pretendia criar o Ministério da Educação, Contudo, foi somente na chamada Nova República (1930-1964), sob o comando do Presidente Getúlio Vargas que é criado o Ministério da Educação e Saúde, mais especificamente em 1931 onde foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, com o apoio do 1º Titular Francisco Campos, e com o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 que dispunha sobre o ensino superior (SOARES, 2002).

O Estatuto vigorou até 1961, com ele a universidade ganhou dois modelos, o primeiro era o oficial, ou seja, a pública (Federal, Estadual ou Municipal), o segundo era o livre, ou seja, a particular, devendo incluir os cursos de Direito, de Medicina, de

Engenharia, de Educação, de Ciência e Letras. Estando ligados por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos e mantendo a sua autonomia jurídica (SOARES, 2002).

Para Stallivieri (2006), destaca-se alguns momentos importantes para a história da educação superior brasileira. São apresentados a seguir em quadro representativo o que a autora afirmou ser relevante para a compreensão do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, é no entanto uma sumula do que já se vem comentando sobre esse processo.

Quadro 1 – Síntese dos quatro momentos importantes para o processo de implantação do Ensino Superior

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	
No início	A universidade dava maior ênfase ao ensino que à investigação, havia forte orientação profissional, e era extremamente elitista.
1930 – 1964	Criação de vinte universidades federais no Brasil, o surgimento de universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, contração de professores europeus e surgimento de algumas universidades religiosas (católica e presbiteriana).
1968	Movimento da Reforma Universitária tendo como base administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.
A partir dos anos 90	A Constituição de 1988 e a homologação de leis passaram a regular a Educação Superior, havendo então necessidade de flexibilizar o sistema, reduzir do papel exercido pelo governo, ampliar o sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação

	da qualidade.

Fonte: Stallivieri (2006).

Atualmente, o que se pretende analisar é a responsabilidade dessas instituições de Ensino Superior nessas orientações profissionais, girando em torna a preocupação de melhorias na qualidade nessa formação. Uma vez que, segundo a Lei de Diretrizes e Base (LDB) estabelece para o ensino superior as seguintes finalidades:

I. *estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espirito cientifico e do pensamento reflexivo;*
II. *formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;*
III. *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação cientifica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*
IV. *promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*
V. *suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, interagindo os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora de conhecimento de cada geração;*
VI. *estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;*
VII. *promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa cientifica e tecnológica geradas na instituição.*

Em estudos na busca pelo papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva, Santos (ano) aponta a universidade como uma grande escola formadora de profissionais, destacando-se em dois papeis fundamentais: “a) formar o profissional que terá esta mentalidade, aberta ao trato com a diversidade em qualquer setor da nossa sociedade, b) servir de exemplo, ou modelo, no decorrer do próprio processo de

formação desses profissionais cidadãos seja possível, através de uma prática pedagógica em que se verifique a colocação em prática".

2.2 CONHECENDO O CURSO DE LETRAS (LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA) DA UFAM

O curso de licenciatura plena em Letras da Universidade Federal do Amazonas conta com quatro habilitações, sendo elas, Língua e Literatura Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Francesa e Língua Espanhola, todas com o objetivo de formar professores para o ensino Fundamental e Médio.

Com base no Projeto Politico Pedagógico do curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa elaborado pelo Colegiado do Departamento de Língua e Literatura Portuguesa, Colegiado do Curso de Letras, Departamento de Apoio ao Ensino, Câmara de Ensino e Graduação (CEG/CONSUNI) no ano de 2010, serão traçados algumas informações, julgadas essenciais para o entendimento de como o curso de letras da UFAM, tais como a estrutura curricular, competências e habilidades e o perfil do licenciado em letras.

Sabemos, historicamente que o curso de Letras no Brasil, de acordo com as pesquisas de Fialho e Fideles (2008) "As primeiras Faculdades de Letras no Brasil", datam o início dos estudos em Letras a partir de 1934 na Universidade de São Paulo e 1935 na Universidade de Distrito Federal. A priori os cursos eram divididos uniformemente, com três anos letivos para o bacharelado, com mais um ano para a licenciatura. Agregando-se em três modalidades: Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germanicas.

No Amazonas a história da educação em nível superior começa em 1909 com a Escola Universitária Livre de Manáos criada pelo tenente-coronel do Clube da Guarda Nacional do Amazonas Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, conhecida anteriormente como Escola Militar Prática do Amazonas. Para Brito (2009), essa criação resultou no marco histórico para o ensino superior no Estado do Amazonas, havendo possibilidade para amazonenses adquirirem novos conhecimentos e profissões, sem que tivessem a necessidade de deslocação da região.

Na escola estavam inseridas a faculdade Militar, faculdade de Engenharia, faculdade de Ciências jurídicas e sociais e a faculdade de Ciências e Letras (Brito, 2009). O primeiro ano da escola contou com a direção do Dr. Pedro Botelho, logo após,

e permanecendo até 1926 pelo Dr. Astrolabio Passos. Foi nesse período que a escola passou a se chamar Universidade de Manáos, sendo desativada dezessete anos depois, se manteve sob o comando do Estado com cursos isolados de Direito, Odontologia e Agronomia.

Instalada três anos após a determinação da Lei Federal 4.069-A, a Universidade do Amazonas agregava as faculdades de Direito do Amazonas, Estudos Sociais, Filosofia, Ciências e Letras, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia. Somente em 20 de junho de 2002 fica denominada, a partir da Lei nº 10. 468, como Universidade Federal do Amazonas. Segundo nos afirma os estudos considerados por Brito (2009), a capital conta com 13 unidades acadêmicas, entre elas faculdades e institutos.

O curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa, agregando o instituto de ciências humana e Letras (ICHL), mais especificamente o da capital, conforme descrito no Projeto Político pedagógico possui dois cursos distintos, noturno e vespertino. Ambos com a mesma estrutura curricular baseada nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras e na Legislação para Formação de Docentes para a Educação Básica.

O licenciado em Letras, ainda sob o olhar do PPP (2010), deve:

a) *Ter capacidade de analisar, descrever e explicar diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento de uma língua, em seus componentes fonológico, gramatical e semântico;*
b) *Ter capacidade de (re) conhecer as variedades lingüísticas diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas existentes;*
c) *Compreender o funcionamento da linguagem humana em suas dimensões psicológicas, históricas, políticas e ideológicas e, principalmente, o fato de que a mudança e a variação são inerentes a ela;*
d) *Analisar as condições de uso da linguagem, sendo capaz de descrever as correções internas e a heterogeneidade constitutiva que produzem o sentido do texto, ou seja, sua estrutura e sua historicidade;*
e) *Compreender como se processa a aquisição da linguagem e, por conseguinte a língua materna, e de línguas estrangeiras;*
f) *Ter a capacidade de analisar, descrever, explicar e interpretar um texto literário levando em consideração os seus componentes formais (fonológicos, gramaticais, semânticos e genéricos), temáticos e conteudístico;*

g) *Conhecer o processo de formação dos sistemas literários levando em consideração tanto a autonomia formal quanto as determinações histórico-sociais das obras literárias;*

h) *Ter domínio ativo e crítico de um repertório representativo de uma dada literatura (obras) e sua respectiva fortuna crítica (história, polêmicas);*

i) *Ter conhecimento bem fundamentado das mais relevantes teorias críticas e ser capaz de desenvolver em relação a elas, antes, atitudes independentes que dogmáticas;*

j) *Adotar métodos apropriados para o trabalho com textos literários no Ensino Fundamental (2ª fase) e Médio.*

As competências e habilidades provem, segundo o projeto pedagógico, da formação acadêmica convencional, teórica e pratica, dentre as quais, destaca-se:

- *Domínio do uso da língua portuguesa nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;*
- *Reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;*
- *Visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;*
- *Preparação profissional atualizada de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;*
- *Utilização de novas tecnologias e dos recursos da informática;*
- *Percepção de diferentes contextos interculturais;*
- *Domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;*
- *Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;*
- *Compreensão de sua formação profissional como um processo contínuo, autônomo e permanente.*

O curso está estruturado curricularmente em conteúdos específicos de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Portuguesa, Linguística, Teorias da literatura, línguas clássicas e estrangeiras e Língua Latina. Conteúdos Pedagógicos como psicologia, didática, legislação de ensino, metodologia e libras. Conteúdos de Prática como componente curricular, estágios supervisionados de ensino, atividades acadêmicas-

cientifico-culturais, nas quais o professores contam com um espaço para dialogar sobre novas abordagem de ensino em linga portuguesa e literatura, por meio da articulação entre professores, alunos, a coordenação e o colegiado do curso.

Com a intenção de "colocar o futuro profissional de letras em contato direto com o processo ensino-aprendizagem no âmbito de nossas escolas o que contribuirá para sua formação e para o seu preparo intelectual para o exercício da docência" (PPP, 2010, p.29). E por fim, os conteúdos complementares, ou optativos de Língua Portuguesa, Literatura, Linguística, Análise do Discurso, Línguas Indígenas, esta relaciona-se aos estudos da diversidade e como consequência de inclusão social e educacional e Línguas Clássicas.

O curso, bem como a implementação do seu PPP busca atender as exigências determinadas pelo MEC e às mudanças ocorridos no cenário da educação e da sociedade (PPP, 2010). Nesse sentido a comunidade acadêmica deve exercer papel mobilizador nas discussões e debates sobre questões políticas e sociais da realidade em que estão inseridos. Fazendo suas teorias coincidiram com a prática, e a partir disso se envolveram verdadeiramente com o processo de formação profissional.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo busca verificar o curso de Letras - Língua e Literatura Portuguesa da UFAM tendo em vista a necessidade de preparação dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A investigação seguiu uma abordagem qualitativa por não requerer o uso de métodos e técnicas estatísticas com fonte direta dos dados, método dialético (PRODANOV; FREITAS, 2013). O levantamento bibliográfico foi por meio da pesquisa bibliográfica "verificando a veracidade dos resultados obtidos" (PRODANOV; FREITAS, 2013) e documental por meio de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Emendas Constitucionais do Ministério da Educação e outros setores referentes à temática de inclusão.

Na pesquisa exploratória, foram consultadas teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Educação, no mecanismo de busca Domínio Público, a fim de se conhecer as pesquisas sobre educação superior, Educação Especial e Inclusiva, bem como livros especializados. Para Diehl e Tatim (2004,p.53) o objetivo desse tipo de estudo é "[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando os explícitos e construindo hipóteses."

Foi realizado o aprofundamento teórico-metodológico na área da pesquisa para construção de conceitos específicos e levantamento de publicações referentes ao tema. A partir dos objetivos traçados foi necessário conhecer o que os documentos orientadores tais como disponibilizado pelo MEC a fim de identificar o papel das instituições de ensino Superior na formação de professores no contexto da educação especial e inclusiva.

Com a portaria 1793 de Dezembro de 1994 o MEC passa a recomendar para os cursos de licenciatura, de pedagogia e psicologia a disciplina "Aspectos-ético-políticos-educacionais de normalização e Integração da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais". Atentou-se para o Projeto Politico Pedagógico e para a Matriz curricular para a busca do atendimento dessa recomendação. O PPP foi disponibilizado mediante a solicitação de oficio ao Departamento de Língua e Literatura Portuguesa (DLLP).

Houve a necessidade de se encaminhar outro oficio ao DLLLP a fim de se conhecer as ementas dos estágios supervisionados I,II e III. Disciplinas referentes ao 7º,

8º e 9º período do curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa. Esse dado acarretou na identificação de estágios supervisionados para atuação de alunos com deficiência.

A elaboração de artigos científicos referente à temática possibilitou a socialização de dados coletados para a pesquisa, e a relevante contribuição em contexto Amazônico. Os trabalhos apresentados era submetidos no eixo de formação de professores e educação inclusiva, com o título "Formação de professores do curso de Letras para atuação com alunos deficientes: desafios e perspectivas no contexto da inclusão escolar" no VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, apresentado como forma de comunicação Pôster na cidade de Londrina em 2013. Como também o artigo cientifico "A Educação Inclusiva no Ensino Superior: Formação de Professores e Promoção da Inclusão na Universidade apresentado na modalidade comunicação oral no 1º Congresso dos Estudantes de Pedagogia e no III Encontro Amazônico de Psicopedagogia e I Encontro Internacional de Psicopedagogia, na cidade de Manaus em 2013.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A problemática da pesquisa tem como questão norteadora o debate sobre a formação de professores do curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa no contexto da inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Embasando-se no princípio de uma educação, em modo geral como direito social de cidadão brasileiro (FIGUEIRA, 2011). Nesse sentido, e na luta por uma educação inclusiva, preferencialmente na rede pública de ensino na cidade de Manaus.

Contudo, vem surgindo no cenário educacional questões abarcadoras que não podem ser deixadas de lado. Uma delas, como apontam pesquisas, justifica-se no fato da segregação e exclusão de alunos com deficiência nas escolas, a raiz do problema embora desconhecida, uma vez que existam legislações e demandas oficiais para a inclusão daquele aluno na escola, pode derivar da falta de preparo do professor, pois mesmo cabendo ao sistema de ensino assegurar a esses educandos, professores do ensino regular capacitado para a integração destes em classes comuns (BRASIL, 2001) verifica-se que esses sistemas ainda encontram dificuldades para concretizarem essa formação sólida.

Os cursos de Licenciatura, apesar de apresentarem uma estrutura curricular satisfatória no que diz respeito a inserção da disciplinas de Língua Brasileira de Sinais como obrigatória, deixam inexpressivas as demais áreas da Educação Especial, o que nos faz considerar que a perspectiva inclusiva nos cursos de licenciatura não vem se efetivando. Acredita-se que é apenas na construção desses conhecimentos que o trabalho docente encontrará resposta, sem que haja necessidade de formação continuada. (CAIADO; JESUS; BAPTISTA, 2009).

Define-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica estabelecido pela resolução CNE/CP nº 1/2002, que as Instituições de Ensino Superior devem prever em sua organização Curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008) Sob essa perspectiva analisa-se a Matriz Curricular do Curso de Letras (Anexo 3).

Pensar sobre a formação dos professores no Curso de Letras da UFAM, é dialogar sobre as medidas propostas no currículo visando à diversidade. No ambiente acadêmico é necessário que o graduando tenha contato com disciplinas e atividades que

discriminem o padrão homogêneo a fim de que a efetivação da inclusão na sala de aula torna-se concreta no ensino regular. Cumprindo a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos de licenciaturas a partir da lei 10. 436 de 24 de abril de 2002, o curso conta com a disciplina no 8º período, sob o código FEN024.

Entretanto este avanço "ainda mostra-se insuficiente, pois, embora os egressos dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas tenham noções básicas sobre LIBRAS, isso não garante que possuam conhecimento suficiente para efetivamente incluir o aluno surdo" (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013). E a ausência de conteúdos mínimos referentes à inclusão na matriz curricular dos cursos pouco contribui na formação docente (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

A portaria nº 1793 de Dezembro de 1994, visando complementar os currículos de formação de professores e demais profissionais que interagem com pessoas deficientes, recomenda no art. 1º a inclusão da disciplina "Aspectos Ético-politico-educacionais da Normalização e Integração da Pessoa portadora de Necessidades Especiais", prioritariamente nos cursos de Psicologia, Pedagogia e demais licenciaturas. Essa foi a primeira iniciativa no que diz respeito a inclusão de conteúdos (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Na estrutura curricular do curso, a disciplina verifica-se inexistente, talvez por se tratar de uma recomendação, justifica o fato de que muitos cursos não incluíram a referida disciplina, portanto a portaria isoladamente mostra-se insuficiente para garantir tal mudança (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Yoshioka (2007) afirma que o estagio supervisionado tem o intuito de experiência prática na área de formação do acadêmico, complementando o ensino e a aprendizagem, formando desta maneira o profissional. Nesse sentido, o estágio supervisionado dos cursos de licenciatura devem possibilitar aos estudantes maior familiaridade com as questões reais que serão encontradas na escola, No PPP do curso de Letras essa reafirma- se o pensamento a referir o estagio como espaço

> [...] de aproximação de experiências de ensino e também de teste de técnicas de ensino e processo de trabalho articulados ao cotidiano de sala de aula e visa permitir ao aluno colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso através da observação de aulas, do envolvimento nas atividades educativas e pedagógicas realizadas na e pela escola, visando à efetivação da relação ensino-aprendizagem à regência de classe momento em que o licenciado inicia a prática docente como atividade de sua habilitação. (PPP, 2010, p. 23)

A existência de um estágio supervisionado para atuação com alunos deficientes, abarcando em sua ementa subsídios teórico-metodológicos necessários para o trata com

a diversidade e inclusão. No entanto, para que isso se concretize de fato, no ambiente acadêmico é preciso que sejam inseridos os conteúdos que estejam relacionados a Educação Especial e Inclusiva, pois se o estágio permite ao aluno a colocação em prática dos conhecimentos adquiridos no curso, logo não poderia haver experiência prática sem uma teoria.

No curso verifica-se os estágios supervisionados nos 7º, 8º e 9º período, organizados por aspectos específicos. O primeiro visa observar aulas em escolas da rede pública e/ou particular em nível de 5ª a 9ª séries do Ensino Fundamental, Relatar, discutir e avaliar os resultados das observações feitas na perspectiva de preceitos teóricos e práticos estudados durante o curso, apresentando relatório final ou Memorial ao termino. No 8º período o estágio II volta sua atenção ao nível de 1ª a 3ª do Ensino Médio, com os mesmos sistemas de avaliação que o primeiro.

O estágio III objetiva a Ministração de aula para sua classe, ou, se possível, em escolas da rede pública e/ou particular, do conteúdo previamente sorteado pelo professor orientador da disciplina juntamente com a Coordenação de estágio, em nível de 5ª a 9ª série do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio. Realiza-se uma avaliação dos aspectos relacionados à ministração de aulas, o aluno deverá apresentar como trabalho de avaliação final, um relatório técnico analítico-conclusivo das atividades desenvolvidas durante todo o Estágio, estando anexados a ele a folha de frequência (conforme Manual do Estagiário), devidamente assinalada pelo professor observado e carimbada pelo Diretor da Escola, as folhas de avaliação das aulas observadas e as cópias de seus planos de aula.

Na ementa disponibilizada por meio de encaminhamento de ofício à Chefia de Departamento (anexo 2) é possível verificar os objetivos, entre os quais destacam-se a possibilidade do alunos, por meio da observação familiarizar-se com situações concretas de sala de aula, preparar material didático para o ensino de Língua Portuguesa no nível Fundamental e nível Médio, bem como capacitar o aluno para elaborar planos de cursos, de aula, de atividades: exercícios gramaticais; questionário e roteiros de interpretação de texto; provas e testes de verificação.

Os conteúdos programáticos baseiam-se na analise critica de livros didáticos para o ensino de Literatura, a formação do professor de Literatura Brasileira e Portuguesa, prática docente com avaliação crítica do desempenho, dentre outros. Considera-se, portanto, correto afirmar, com base nos dados coletados que não se

verifica a existência de estágios supervisionados para atuação com deficientes, contudo há ressalvas para que o aluno possa vivenciar essa atuação em sala.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) destaca que as universidades brasileiras, em especial a pública enquanto instituição social é irradiadora de conhecimentos e práticas novas. Nesse sentido, os projetos desenvolvidos na universidade de extensão e pesquisa, realizam o diálogo entre a formação inicial do professor, bem como discute de forma reflexiva o quadro real da educação com o intuito de intervir na sociedade e possibilitando ao professor já formada novas perspectivas de ensino. Pois nesse cenário inclusivo não se pode pensar na universidade isoladamente, mas num trabalho construído interna e externamente.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A proposta deste estudo se deu mediante uma breve reflexão do principal papel do curso de letras em formar professores que estejam aptos a incluir seus alunos que apresentarem deficiência, sem segregá-los, havendo desta maneira, uma educação mais inclusiva na rede regular de ensino. Pois, contribuir na inclusão de alunos não é prestar um favor a determinado grupo excluído outrora, porém, é cumprir o que diz a Constituição Federal (1988) e outros dispositivos legais ao assegurarem a inclusão escolar e social nos diversos contextos.

Muitos ainda são os casos em que professores deparam-se com os conflitos de não conseguirem atender as necessidades educacionais de seus alunos. E é mediante à essa problemática que somos colocados frente ao que as universidades tem feito em relação à formação de professores.

Admite-se que dentro do cenário da Educação Especial há muitas conquistas, contudo ainda há muito no que avançar quando se trata da Inclusão no Ensino Superior. Uma vez que se pretende analisar como o mesmo tem-se preocupado na formação dos professores no contexto da diversidade e heterogeneidade. Sem desconsiderar o atual contexto da educação no Brasil. Rompendo com os padrões homogêneos, envolvendo esse profissional de maneira que entenda seu verdadeiro papel no processo de uma educação mais inclusiva, seja este licenciado em letras ou outra.

6. CRONOGRAMA

Nº	Descrição	Ago 2013	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2014	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
	Aprofundamento Teórico-Metodológico na área da pesquisa	x	x	x	x	x	x						
	Pesquisa Exploratória	x	x	x	x	x	x	x					
	Pesquisa Bibliográfica em teses, dissertações e livros				x	x							
	Pesquisa Documental e escolha dos documentos					x	x	x	x				
	Leitura e Fichamento dos textos selecionados		x	x	x	x	x	x	x				
	Organização Lógica dos Dados Coletados							x	x	x			
	Análise dos dados Coletados									x	x		
	Produção de textos científicos referentes a temática						x	x	x	x	x	x	
	- Elaboração do Resumo e Relatório Final											x	x
	- Preparação da Apresentação Final para o Congresso												x

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 14.343/1920**. Brasília: Senado Federal, 1920.

BRASIL, **Decreto 5.773/2006**. Brasília: Senado Federal, 2006

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: **Lei n. 9394/96**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos de UFAM**. Manaus: Anais da 61ª Reunião Anual SBPC, 2009.

CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto. **Educação Especial e Formação de Professores: tendências e prioridades**. In Professores e Educação Especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

CASTELLI, Maria Dinorá Baccion; PEDRINI, Maristela. **A formação Docente no contexto do Ensino Superior**. In IX ANPED SUL: 2012.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 10 de julho de 2014

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FIALHO, Denise da Silva; FIDELS, Lara Lopes. **As primeiras Faculdades de Letras no Brasil**. Brasília: Revista HELB, 2008.

FIGUEIRA, Emilio. **O que é Educação Inclusiva**. São Paulo: brasiliense, 2011.

GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica; CARRARO, Attilio. **Formação de Professores para a Educação Especial: uma Discussão sobre os modelos Brasileiro e Italiano**. In Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: ABPEE, 2013.

GUASSELI, Maristela Ferrari Rey. **Formação de Professores para Educação Especial: fronteiras entre a produção de ensino/pesquisa e a prática na Educação Básica**. In IX ANPED SUL: 2012.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: 2009.

UFAM. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Língua e Literatura Portuguesa**. Manaus, 2010

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SANTOS, Monica Pereira dos. **O papel do Ensino Superior na Proposta de uma Educação Inclusiva in revista Movimento**. Rio de Janeiro: 2003.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Capes, 2002.

YOSHIOKA, Clarice. **Estágio no Ensino Superior: uma questão social**. São Paulo, 2007.

Informações sobre os cursos oferecidos pela UFAM Disponível em: http://www.comvest.ufam.edu.br/arquivo/informacoes_cursos.pdf.. Acesso em: 22 de julho de 2014.

História da UFAM. Disponível em: http://www.ufam.edu.br/index.php/historia-da-ugm. Acesso em: 20 de julho de 2014.

ANEXO 1 – Ofício encaminhado à Coordenação do Curso de Letras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
PSICOPEDAGOGIA DIFERENCIAL – NEPPD

NEPPD

Ofício nº 000/2014 Manaus, 07de março de 2014.

À Coordenação do Curso de Letras (Língua e Literatura Portuguesa) da UFAM
Ilma. Sra. Raynice Geraldine Pereira da Silva

Prezada Coordenadora,

Informamos a realização do estudo intitulado "Educação Inclusiva no Ensino Superior: análise da Licenciatura em Letras da UFAM para formar futuros professores aptos a promover a inclusão", cadastrado no Departamento de Apoio à Pesquisa (DAP), sob o código PIB SA/0084/2013-2014, por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD).

A pesquisa é desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC), tendo como voluntária a discente **Ketlen Júlia Lima da Silva**. Objetiva-se através desta investigação identificar como o curso de Letras (Língua e Literatura Portuguesa) da UFAM está preparando os futuros professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A investigação tem um cunho bibliográfico/documental, por isto pedimos colaboração deste Colegiado no sentido de disponibilizar documentos e registros bibliográficos concernentes ao Curso em estudo, bem como a permissão por meio de um Termo de Anuência para que tenhamos acesso ao projeto político pedagógico do Curso, visando verificar a (in) existência de Estágios Supervisionados para atuação junto a alunos deficientes na Educação Básica.

Certo de contarmos com sua colaboração, despeço-me desejando votos de apreço e consideração.

Dra. Maria Almerinda de Souza Matos
Docente do PPGE/UFAM - Coordenadora do NEPPD
E-mail: ufamneppd@gmail.com/profalmerinda@hotmail.com

Recebi em 07/03/14 às 18,30h
DLLP / UFAM
Washington Lima da Silva
Assistente de Administração

ANEXO 2 – Ofício encaminhado a Chefa do Departamento de Letras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
PSICOPEDAGOGIA DIFERENCIAL – NEPPD

NEPPD

Ofício nº 001/2014 Manaus, 10 de julho de 2014.

À Chefa do Departamento de Letras (Língua e Literatura Portuguesa) da UFAM
Ilma. Sra. Lúcia Helena F. da Silva

Informamos a realização do estudo intitulado "Educação Inclusiva no Ensino Superior: análise da Licenciatura em Letras da UFAM para formar futuros professores aptos a promover a inclusão", cadastrado no Departamento de Apoio à Pesquisa (DAP), sob o código PIB SA/0084/2013-2014, por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD).

A pesquisa é desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC), tendo como voluntária a discente **Ketlen Júlia Lima da Silva**. Objetiva-se através desta investigação compreender como o licenciado em Letras atua com alunos que apresentam deficiência nas escolas públicas em Manaus

A investigação tem um cunho bibliográfico/documental, por isto pedimos colaboração deste Colegiado no sentido de disponibilizar as ementas dos Estágios Supervisionados I, II e III.

Certo de contarmos com sua colaboração, despeço-me desejando votos de apreço e consideração.

Dra. Maria Almerinda de Souza Matos
Docente do PPGE/UFAM - Coordenadora do NEPPD
E-mail: ufamneppd@gmail.com/profalmerinda@hotmail.com

Recebi
Em 22/07/14

ANEXO 3 – Organização Curricular do Curso de Letras – Língua e Literatura Portuguesa

PER	*SIGLA*	*DISCIPLINA*	*PR*	*CR*	*C.H.*
1º	**IHP041**	Comunicação em Prosa Moderna I.	**-**	4.4.0	60
	IHP013	Teoria da Literatura I.	**-**	4.4.0	60
	IHP107	Introdução aos Estudos Lingüísticos.	**-**	4.4.0	60
	FET024	Metodologia do Trabalho Científico.	**-**	4.4.0	60
	IHE001	Compreensão de Textos em Língua Inglesa I.	**-**	4.4.0	60
				20	**300**
2º	**IHP051**	Comunicação em Prosa Moderna II.	**IHP041**	4.4.0	60
	IHP023	Teoria da Literatura II.	**IHP013**	4.4.0	60
	IHP056	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa.	**IHP107**	5.5.0	75
	FEF022	Psicologia da Educação II.	**IHP013**	4.4.0	60
	IHE004	Compreensão de Textos em Língua Inglesa II.	**IHE001**	4.4.0	60
				21	**315**
3º	**IHP296**	Morfologia do Português.	**IHP056**	4.4.0	60
	IHP050	Língua Latina I.	**IHP051**	4.4.0	60
	IHP294	Iniciação à análise sintática.	**IHP056**	4.4.0	60
	IHP295	Teoria da Literatura III.	**IHP023**	4.4.0	60
	IHP058	Prática Curricular I – Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas. Fonética e Fonologia do Português	**IHP056**	2.0.2	60
				18	**300**
4º	**IHP298**	Sintaxe do Português.	**IHP294**	4.4.0	60
	IHP083	Literatura Brasileira I.	**IHP295**	4.4.0	60
	IHP043	Literatura Portuguesa I.	**IHP295**	4.4.0	60
	IHP060	Língua Latina II.	**IHP050**	4.4.0	60
	IHP068	Prática Curricular II – Linguistíca Aplicada ao Ensino de Línguas. Morfologia	IHP058	2.0.2	60
				18	**300**
5º	**IHP053**	História da Língua Portuguesa.	**IHP298**	4.4.0	60
	IHP084	Literatura Brasileira II.	**IHP295**	4.4.0	60
	IHP044	Literatura Portuguesa II.	**IHP295**	4.4.0	60
	IHP070	Língua Latina III.	**IHP060**	4.4.0	60
	IHP069	Prática Curricular III – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S)	**-**	2.0.2	60
				18	**300**
	IHP099	Semântica da Língua Portuguesa.	**IHP053**	4.4.0	60

6º	**IHP086**	Literatura Brasileira III.	**IHP023**	4.4.0	60
	IHP045	Literatura Portuguesa III.	**IHP023**	4.4.0	60
	FET121	Didática Geral.	**FEF022**	4.4.0	60
	IHP076	Prática Curricular IV – Leitura e Interpretação.	-	2.0.2	60
				18	**300**
7 º	**FEA009**	Legislação do Ensino Básico.	**FEF022**	4.4.0	60
	IHP077	Prática Curricular V – Produção Textual.	-	2.0.2	60
	IHP087	Literatura Brasileira IV	**IHP023**	4.0.4	60
	IHP096	Estágio Supervisionado I.	**FET121**	4.0.4	120
	IHP080	Literatura Latina	**IHP023**	4.0.4	60
				18	**360**
8º	**IHP097**	Estágio Supervisionado II.	**IHP096**	4.0.4	120
	IHP078	Prática Curricular VI – O Ensino da Gramática Normativa.	**-**	2.0.2	60
	IHP080	Literatura Amazonense	**IHP023**	4.0.4	60
	FEN024	LIBRAS	**IHP096**	4.0.4	60
				14	300
9º	**IHP098**	Estágio Supervisionado III.	**IHP097**	6.1.5	165
	IHP079	Prática Curricular VII – O Ensino da Literatura.	**-**	2.0.2	60
	IHP296	TCC – Memorial	**IHP097**	4.0.4	60
				20	**405**
TOTAL				**168**	**2935**